



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 029/2011**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às 09:34h (nove horas e trinta e quatro minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima décima nona reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e Fátima Regina Carlos Saikoski, como Secretária. Estavam presentes os conselheiros titulares, Adeldo Rohr, Alexandre da Fontoura Dionello, Alexandre Salgado Marder, Eduardo kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de Jesus, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney Santos de Pinho, Pedro Luís Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fátima Mousquer, e os conselheiros suplentes, Etel dos Santos Lopes, José Marcelino Heck, Manuel Roberto Escobar e João Antônio Bretanha Santos. O conselheiro Mário justificou a ausência, em virtude de compromissos no SIMPA. Esteve presente à sessão o Administrador da Assepla/PREVIMPA, Antônio Cesar de Azevedo Castilhos. Aberta a sessão, passou-se imediatamente à leitura das Atas 027, de 27/09/2011 e 028, de 29/09/2011, que foram aprovadas após retificações. O conselheiro Rigotti suscitou uma questão de ordem à Mesa, pela ocorrência de conversas paralelas durante a leitura das Atas, prejudicando o ambiente. O presidente Vargas, explicou que as sessões estão abertas para aqueles que querem acompanhá-las, entretanto, a Mesa entende que conversas paralelas precisam ser evitadas e manifestações que venham a prejudicar o bom andamento dos trabalhos não devem ocorrer. Ponderou que nos debates existem as diferenças de ideias e é essa a visão que a Mesa aceita. A conselheira Maris elogiou a redação da Ata nº 028/2011, que retrata bem o que ocorreu na sessão. Salientou que na linha 152 da referida Ata, consta que o Conselheiro Dionello se dispôs a trazer o contrato assinado com a Caixa e perguntou se veio o contrato ao Conselho. O conselheiro Rigotti dirigiu-se ao presidente Vargas, dizendo que ficou satisfeito com o encaminhamento dado pelo presidente. O conselheiro Adeldo fez a proposição de que esta discussão não conste em ata, visto tratar-se de discussão paralela, fora da pauta da sessão. O presidente disse que a Mesa entende que os atos decorrentes de manifestações fazem parte da sessão, mas consultou o Colegiado em relação à proposição, ficando consensuado que a ata será redigida na íntegra e posteriormente apreciada e votada pelo colegiado. O conselheiro Dionello entregou à Mesa a cópia do contrato com a Caixa. Ficou acordado que a cópia do documento será enviada aos conselheiros via correio eletrônico pela Secretaria do Conselho. Foi aberto espaço para informes. O conselheiro Brum ressaltou o excelente trabalho desenvolvido pela secretária-executiva Janete, que deixou de constar na sua referência na reunião de 27/09/11, ressaltou que o trabalho desenvolvido pela servidora corrobora sobremaneira para a qualidade da produção deste Conselho de Administração. Também fez referência ao conselheiro-secretário Adeldo, pela sua dedicação e perspicácia na condução dos trabalhos da Secretaria do Conselho. A conselheira Marisa comunicou e convidou os presentes para o jantar da ACESPA, que ocorrerá no dia 04/11/2011, às 21h, na sede da Sociedade de Engenharia, em comemoração aos vinte e nove anos da associação. A conselheira Sueli informou que o TRT da 4ª Região fez negociação com a Caixa para a venda da folha de pagamento, e obteve vantagens em relação à taxa de juros e a linha de crédito imobiliário. O conselheiro Dionello comunicou o recebimento de manifestação da CEF por e.mail, em relação às providências que estão sendo adotadas pela Instituição para melhorar a qualidade dos serviços e ressaltou que outras ainda serão adotadas. O conselheiro Rigotti falou sobre o curso CPA-10 do Banco do Brasil, e solicitou que a Secretaria do Conselho entrasse em contato com a Instituição para obter informações mais precisas sobre o andamento do curso. Também solicitou à Mesa, um pré-agendamento na pauta da

51 próxima sessão, para relatório do convênio do PREVIMPA com o IPE, que está sendo analisado  
52 conjuntamente pelos setores jurídicos do Estado e do PREVIMPA, sendo que o processo deverá ser  
53 recebido pelo GDG até sexta-feira dia 07/10/2011, solicitando, antecipadamente, a designação pelo  
54 presidente de um relator para emissão de parecer a ser apreciado pelo Conselho na próxima sessão.  
55 Caso não chegue o processo até essa data, será entregue a matéria à Mesa na próxima reunião. O  
56 presidente Vargas disse que o processo deve seguir os trâmites normais, ou seja, deverá ser  
57 encaminhado à Secretaria do Conselho e colocado na pauta regimentalmente. Salientou que o  
58 Regimento diz da necessidade de se formar uma Comissão para a apreciação da matéria. O  
59 conselheiro Rigotti manifestou-se que esse tipo de procedimento já foi feito pelo Conselho em  
60 outras ocasiões, em face da relevância da matéria e para que não haja prejuízo ao PREVIMPA, e  
61 não fazer agora é uma atitude de má vontade. O presidente reiterou a disposição de receber a  
62 matéria que será colocada na pauta regimentalmente. Na sequência, passou-se à pauta do dia:  
63 apreciação do relatório da Comissão formada para análise da Proposta Orçamentária de 2012,  
64 composta pelos conselheiros, Eduardo Kreuzer, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Manuel Roberto  
65 Escobar e Francisco José Menezes da Silva. O conselheiro Kreuzer agradeceu o apoio técnico dado  
66 pelo Administrador da Assepla, Antonio Cesar e procedeu à leitura do relatório. Feito isso, o  
67 presidente abriu espaço para discussão da matéria. O conselheiro Brum colocou que o Orçamento é  
68 uma peça de ficção, pois os dados dão conta de uma previsão irrisória em relação à sede, quando se  
69 gasta um valor elevado em aluguel, e propôs que fosse agregado isso ao relatório. Também  
70 salientou o valor elevado que está sendo destinado às ações judiciais, que são arbitradas em face do  
71 reconhecimento de direitos, e que o PREVIMPA deve fazer alguma coisa em relação a essa  
72 questão. O conselheiro Ricardo explicou que o valor baixo que o conselheiro Brum se refere é  
73 somente o juro previsto para o ano que vem, em relação ao dinheiro da sede que está aplicado.  
74 Quanto aos precatórios salientou que é a justiça quem determina o valor que será pago no ano, e que  
75 as ações judiciais não são contra o PREVIMPA. Tratam-se de ações contra o Município, movidas  
76 por servidores hoje aposentados, recaindo a conta sobre a Autarquia. Também salientou que não se  
77 trata de um valor muito elevado. O conselheiro Brum disse que a resposta não o satisfaz. Se existem  
78 ações é porque não se cumpre o direito dos funcionários. Sugeriu que se investiguem as causas e se  
79 tomem as providências necessárias. Também ressaltou que o ingresso de juros do dinheiro aplicado  
80 da sede é fictício, pois se sabe que os seis milhões para a compra da sede renderiam muito mais se  
81 fossem aplicados no mercado imobiliário. A conselheira Marisa disse que em relação aos  
82 precatórios, o PREVIMPA administra e recebe as ordens judiciais que devem ser cumpridas. Foi  
83 dada a palavra ao Administrador Antônio Cesar, que explicou que o valor destinado ao pagamento  
84 de precatórios se refere a cinco ações judiciais, de dois servidores da CMPA, dois da Centralizada e  
85 um do DMLU. O presidente Vargas, disse ter observado que em relação ao COMPREV, o  
86 orçamento para 2012 prevê uma recepção de recursos igual ao orçado no ano anterior, enquanto que  
87 a despesa foi ampliada significativamente; também verificou a existência de despesas correntes com  
88 a PROCEMPA, no valor de R\$1.687.675,00 (hum milhão, seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos  
89 e setenta e cinco reais), que imaginava que a contratação do Sistema Ergon estivesse contemplada  
90 nestas despesas, e que, entretanto, não está. Verificou, ainda, haver previsão de despesas com  
91 serviços de consultoria ou assistência técnica jurídica. Frente ao adiantado da hora, o presidente  
92 prorrogou a sessão. O conselheiro Rigotti explicou que a consultoria técnica começou neste ano,  
93 fazendo diagnóstico e planejamento estratégico. Também existe a contratação de consultoria on-  
94 line, para assuntos jurídicos, com vistas a sanar eventuais dúvidas em relação a determinado  
95 assunto/matéria. Em relação ao COMPREV, disse que existe hoje uma normativa do Ministério da  
96 Previdência Social, que só libera recursos na medida em que o PREVIMPA também remete  
97 recursos. Foram muitos anos devolvendo entre oito e dez mil reais, portanto o MPS quer compensar  
98 o tempo em que enviamos poucos recursos. Ponderou haver recurso a receber a título de “estoque”  
99 referente aos anos de 1988 a 1999, num valor que gira em torno de dezesseis milhões de reais.  
100 Salientou que o RPPS do Município está entre os vinte entes que mais recebem recursos. A  
101 conselheira Sueli perguntou o que é essa consultoria jurídica. O conselheiro Pedro respondeu tratar-  
102 se de assinatura à uma revista especializada na área jurídica, que dá direito ao assinante de fazer  
103 consultas de cunho jurídico. O conselheiro Francisco disse discordar que o orçamento seja uma

104 peça de ficção e defendeu a seriedade do documento, pois reflete o plano de um governo. A  
105 conselheira Maris disse ter observado que o valor pago em sentenças judiciais é quase o valor para  
106 implantação da perícia médica no PREVIMPA, e opinou não ser interessante para os segurados essa  
107 despesa prevista no orçamento. Também colocou que referir que precariedade dos apontamentos em  
108 relação a vida funcional dos servidores é que geraram tal despesa, não resolve o problema, que não  
109 é culpa dos aposentados e pensionistas. Quanto à consultoria jurídica, opinou que o Departamento  
110 deve dar todos os instrumentos necessários para o corpo jurídico desenvolver seu trabalho, contudo,  
111 seis mil reais é um valor muito elevado. Quanto à sede do PREVIMPA, reconheceu que está tendo  
112 uma rentabilidade expressiva, mas a sua finalidade não é essa, é para oferecer melhores instalações  
113 e desenvolvimento do trabalho prestado pelo PREVIMPA, gerando conforto para os segurados  
114 ativos, aposentados e pensionistas, e sugeriu que se direcionem as aplicações para os recursos  
115 existentes no Regime Capitalizado. A conselheira Sueli colocou ser óbvio que as ações judiciais  
116 existem porque alguma coisa não está funcionando a contento. Ponderou que isso deve ser levado  
117 em consideração nas reuniões de centro de governo, com vistas a identificar e sanar os problemas.  
118 O conselheiro Brum dirigiu-se ao conselheiro Francisco, dizendo que há consenso geral no Brasil  
119 que os orçamentos são peças referenciais, e que na prática são profundamente modificadas,  
120 portanto, consiste em ficção. Salientou que é necessária uma ação do governo, e que o PREVIMPA  
121 faz parte do Governo, sugerindo que se investiguem as causas desse volume de ações, e que os  
122 direitos devem ser pagos no momento certo, para que não se tenha que pagar depois, com custas  
123 judiciais. Se a culpa está lá na ativa, na administração da ficha funcional do servidor, deveria ter  
124 algum ressarcimento ao PREVIMPA, pois o Departamento faz esse pagamento com o dinheiro da  
125 previdência. O conselheiro Adelto sugeriu que nas próximas reuniões do Conselho seja  
126 disponibilizada a informação de quantas são essas ações e quantas ainda estão tramitando. Em  
127 relação ao COMPREV disse que o PREVIMPA recebe em torno de seiscentos a oitocentos mil reais  
128 por mês. Quando são aprovados os processos pelo MPS, o valor é bem maior, pois recebemos  
129 valores atrasados. O conselheiro Rigotti disse que na peça orçamentária deve constar o precatório,  
130 pois é o valor que será pago no ano que vem. Salientou que a Assessoria Jurídica do PREVIMPA é  
131 uma das melhores entre as entidades de RPPS do Brasil, e que a ASSEJUR gostaria de fazer essa  
132 discussão aqui no Conselho, podendo ser pautado o assunto. Colocou sua preocupação de que no  
133 próximo ano os benefícios na folha de pensão aumentarão em 14%. Também está previsto um  
134 grande aumento de benefícios de auxílio-doença, que vai impactar no RPPS. A conselheira Maris  
135 encaminhou à Mesa uma solicitação de pauta para sessões futuras, no qual se explane quais são os  
136 principais erros ou problemas que redundaram em ações judiciais, e quais dessas demandas são  
137 oriundas de aposentados. Feitas essas considerações, o presidente Vargas perguntou ao Colegiado  
138 se há consenso na aprovação do Parecer da Comissão, e não havendo discordância entre o  
139 Colegiado, o Parecer foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Ficou para a  
140 próxima reunião, o segundo ponto da pauta, apreciação da Minuta do CONAPREV. Não havendo  
141 nada mais a tratar, foi encerrada a sessão, às 11:59h (onze horas e cinquenta e nove minutos) e foi  
142 lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Fátima Regina Carlos Saikoski, Secretária de mesa  
143 e pelos demais conselheiros presentes.

144

145

146

147 Pedro Luis da Silva Vargas - Presidente

Fátima Regina Carlos Saikoski – Secretária

148

149

150

151

152 Francisco José Menezes da Silva

Alexandre da Fontoura Dionello

153

154

155

156

157	Hailton Terra de Jesus	Manuel Roberto Escobar
158		
159		
160		
161		
162	Alexandre Salgado Marder	Sueli de Fátima Mousquer
163		
164		
165		
166		
167	Marilena Ruschel da Cunha	Eros Miguel Sadowoy Martins
168		
169		
170		
171		
172	Etel dos Santos Lopes	José Marcelino Heck
173		
174		
175		
176		
177	Ricardo Zucareli Pulvirenti	Pedro Luís Martins
178		
179		
180		
181		
182	Gilmar Cardozo dos Santos	Eduardo Kreuzer
183		
184		
185		
186		
187	Luiz Fernando Rigotti	Maris Regina Vieira Honaiser
188		
189		
190		
191		
192	João Antônio Bretanha Santos	Sérgio Luiz Brum
193		
194		
195		
196		
197	Marisa Ney Santos de Pinho	Adelto Rohr
198		